

## O PROCESSO EDUCATIVO E AS IMPLICAÇÕES DO MERCADO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

Anderleia Sotoriva Damke<sup>1</sup>

Maria Sara De Lima Dias<sup>2</sup>

Agnaldo da Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo reflete sobre o processo educacional e sua razão mercadológica na formação de um sujeito unitário direcionado ao mercado de trabalho. Tal formato propaga uma educação passiva e excludente, com ênfase no consumismo, em contraposição à educação voltada à formação crítica. Novas tecnologias exigem uma educação crítica que prepare os indivíduos para os desafios e oportunidades do mercado de trabalho. A educação tradicional, focada na mão de obra e no consumismo, impede a formação crítica e a emancipação dos indivíduos. Este estudo defende uma educação crítica para a formação de cidadãos autônomos e críticos na era da tecnologia. A pesquisa, de natureza qualitativa e metodologia bibliográfica fundamentou-se em análises de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e referenciais teóricos que orientaram as análises das implicações dessa educação na formação social do educando. Evidenciam-se, então, práticas utilitaristas dessa formação que levam ao esvaziamento da subjetividade, reforçando a racionalidade neoliberal. A educação crítica é essencial para a formação de cidadãos autônomos e críticos na era da tecnologia.

**Palavra-chave:** educação crítica; educação mercadológica; tecnologia; formação humana.

---

1 Doutora na área de Ensino de Ciências e Tecnologia (PPGCET-UTFPR). Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física - Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física. E-mail: [anderleiadamke@utfpr.edu.br](mailto:anderleiadamke@utfpr.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8074-7627>.

2 Doutora na área de Psicologia Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE-UTFPR) na linha Tecnologia e Trabalho. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ - Tecnologia Trabalho Atividade Subjetividade e Saúde - TASS. E-mail: [mariadias@professores.utfpr.edu.br](mailto:mariadias@professores.utfpr.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7296-6400>.

3 Doutor na área de Ensino de Ciências e Tecnologia (PPGCET-UTFPR). Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: [agnaldocosta@utfpr.edu.br](mailto:agnaldocosta@utfpr.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2679-9191>.

# THE EDUCATIONAL PROCESS AND THE IMPLICATIONS OF THE MARKET IN THE EDUCATION OF THE SUBJECT

**Abstract:** This article reflects on the educational process and its market rationale in the formation of a unitary subject directed to the job market. This format promotes a passive and exclusionary education, with an emphasis on consumerism, as opposed to education focused on critical formation. New technologies require a critical education that prepares individuals for the challenges and opportunities of the job market. Traditional education, focused on labor and consumerism, impedes critical formation and the emancipation of individuals. This study advocates a critical education for the formation of autonomous and critical citizens in the age of technology. The research, of a qualitative nature and bibliographic methodology, was based on analyses of documents such as the National Common Curricular Base and theoretical references that guided the analyses of the implications of this education on the social formation of the student. Thus, utilitarian practices of this education are evident, which lead to the emptying of subjectivity, reinforcing neoliberal rationality. Critical education is essential for the formation of autonomous and critical citizens in the age of technology.

**Keyword:** critical education; market education; technology; human formation.

## INTRODUÇÃO

O projeto normativo da modernidade impacta diretamente no processo educacional. As transformações do contexto histórico, social, cultural, político e principalmente tecnológico que é vivenciado de forma prática reflete em uma educação focada no mercado, este processo impacta na formação do sujeito. A formação social moderna, caracterizada por uma economia de mercado capitalista e concorrencial, impõe práticas educativas inovadoras que contém projetos subjacentes e ideológicos e que representam novos desafios à formação de um sujeito crítico da realidade.

As instituições de ensino, ao transmitirem conhecimento e valores, contribuem para a manutenção do status quo, o que leva a refletir de que a educação não é neutra, assim como não existe neutralidade, apenas uma opção escondida (Freire, 2015). Assim a educação também serve aos interesses de determinados grupos, como ocorre com a implementação de políticas educacionais voltadas a atender tal manutenção, neste caso a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Documento da BNCC implica a política como uma prática que reflete ações de grupos políticos com determinadas finalidades, que incidem na mudança de algo já existente em alguma área da expressão humana (Cury; Reis; Zanardi, 2018). A partir dessa reflexão, direciona-se como pressuposto que também a tecnologia, a qual integra a BNCC não é neutra, visto as competências e habilidades desse documento, o qual atende a formação da mão de obra para o mercado capitalista.

Reformular as considerações acerca do sujeito e sua subjetividade dentro do ambiente tecnológico, com base na Teoria Histórico-Cultural, suscita uma reflexão sobre as consequências da educação voltada para o mercado, que se concentra na inovação e tecnologia, ignorando o indivíduo e seu aspecto subjetivo.

O objetivo deste estudo é defender uma educação comprometida com a formação de cidadãos autônomos e críticos na era da tecnologia, bem como redesenhar reflexões acerca do sujeito e sua subjetividade no contexto do uso da tecnologia, a partir da Teoria Histórico-Cultural, o que instiga a pensar as consequências da educação voltada para o mercado, que se concentra na inovação e tecnologia, ignorando o indivíduo e seu aspecto subjetivo. E ainda, reflete-se o modelo de ensino focado no mercado, que busca a formação passiva de um novo tipo de indivíduo adaptado às demandas neoliberais, com habilidades pré-definidas nos currículos escolares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural propiciam o entendimento das consequências dessa educação na formação do sujeito e nas atividades realizadas. O ato de planejar e realizar ações humaniza-nos, uma vez que transforma a realidade do sujeito. A atividade humana precisa ser pensada, para que possa ocorrer a transformação social da realidade em que se insere.

A educação mercadológica busca formar a mão de obra para atender ao diversificado e excludente mercado de trabalho. A ênfase em seu formato tem sinalizado um anamorfismo, em contraposição à educação voltada a uma formação crítica, política e social, nesse caso, dos educandos da Educação Básica, tema desta reflexão. Tendo em pauta os princípios de uma educação com viés amparado na submissão e na meritocracia, objetiva-se compreender esses enredamentos à luz da Teoria Histórico-Cultural.

Em um contexto neoliberal, o controle do ensino incide na aprendizagem do que se quer ensinar e para que se quer formar. O neoliberalismo se apresenta como uma ramificação do liberalismo clássico que foi uma teoria política, social e econômica que pretendia compreender o homem livre, minimizando o papel do Estado, já que este seria um dos principais fatores de acordo com os liberais para o impedimento da liberdade e crescimento econômico (Medeiros; Pinho; Souza, 2023).

Em face desse cenário, este artigo redesenha reflexões sobre o sujeito e sua subjetividade no contexto do uso da tecnologia, a partir da Teoria Histórico-Cultural. A proposição da BNCC, reconhecida como um documento baseado em aspectos do mercado, evidencia competências e habilidades e insere a tecnologia como aparato à eficiência, o que se entende como mecanização da mão de obra, colaborando na preparação do sujeito para atuar no mercado de trabalho. A BNCC promove a fragmentação do pensamento e das ações, sendo uma forma aceita de moldar uma sociedade consumista e que negligencia suas responsabilidades, entre elas, a política.

A tecnologia da forma como está permeando a Base, contribui com a sua finalidade que é a preparação do sujeito as demandas de um mercado. Lembrando que a tecnologia se apresenta na dualidade, sendo que de um lado tem-se quem opera, e do outro, aqueles que utilizam, ainda que operadoras e usuários sejam ambos seres humanos, a ação técnica implica um ato de domínio (Feenberg, 2002).

Cabe salientar a utilização da Inteligência Artificial na educação (conhecida como Inteligência Artificial na Educação - AIED) que levanta controvérsias, pois algoritmos de IA têm o potencial de perpetuar vieses e discriminações já existentes na sociedade, aumentando as disparidades com grupos minoritários. Isso pode acontecer devido à ausência de representatividade nos conjuntos de dados usados para treinar os algoritmos, ou devido à reprodução de preconceitos presentes na sociedade durante o seu desenvolvimento (Bostrom; Yudkowsky, 2014).

A crítica é reforçada por Silva *et al.* (2023), ao argumentar que no ambiente educacional, a IA pode contribuir na formação do sujeito configurado conforme os padrões já idealizados; branco, masculino, heterossexual e de classe alta. Essa homogeneização ignora a diversidade dos alunos e pode levar à exclusão de grupos minoritários, que não se identificam com o modelo atribuído pela IA. Dessa forma, é necessário que a AIED seja desenvolvida de forma ética e inclusiva, o que resulta em um conjunto de dados utilizados para treinar os algoritmos, os quais devem ser representativos da diversidade da sociedade, e ainda os algoritmos devem ser desenhados para evitar a perpetuação de vieses e discriminações.

As pesquisas de Feenberg (2010) abordam que a tecnologia contemporânea beneficia certas extremidades, enquanto dificulta outras como trabalhar os limites éticos desenvolvidos com base na autonomia operacional. Conforme o autor, atualmente utiliza-se tecnologias específicas que têm limitações não apenas devido ao nível de conhecimento, mas também devido às estruturas de poder que guiam o conhecimento e suas aplicações.

O processo mencionado por Feenberg (2010) concedeu autonomia aos capitalistas e tecnocratas para tomar decisões técnicas, ignorando as necessidades dos trabalhadores, o que gerou uma variedade de “novos valores” que evocaram a procura da ética, buscando a democratização da tecnologia, que implica novas formas de priorizar valores excluídos nas relações sociais também mercantilizadas. Tais reflexões lembram que a tecnologia não é neutra, visto que reflete e perpetua relações de poder e valores sociais. Portanto, ao projetar e implementar tecnologias, devemos considerar as implicações éticas e buscar uma democratização que beneficie a todos.

Na Teoria Histórico-Cultural, o desenvolvimento da mente do ser humano ocorre por meio da apropriação das formas sociais de atividade, historicamente constituídas pela humanidade. Esse posicionamento contribui para a compreensão da educação como um dos mecanismos para a transformação da realidade social do sujeito, pois o concebe na interação com o meio, o que o torna sujeito da história, suscetível à influência do seu entorno cultural.

Ao longo do processo educacional, tenta-se desconsiderar a singularidade do sujeito, a fim de torná-lo assujeito de um sistema. Sua subjetividade é ignorada, em meio a implementação de políticas educacionais que, de forma direta, tendem para a alienação, em detrimento da conscientização do seu papel no exercício da cidadania. Por isso, há a necessidade de a educação, como atividade humana, assumir a função de mediar elementos da cultura como conjunto da produção humana material e

não material, para que se objetive, em cada sujeito, o potencial próprio do gênero humano, desenvolvido historicamente (Bernardes, 2016).

A compreensão de subjetividade permeia as discussões de González Rey (2007), cuja base está nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural. O autor considera-a como um nível de produção psíquica, inerente às dimensões sociais e culturais que fazem parte da ação humana, que implica a construção da subjetividade realizada a partir da cultura da qual se constitui o sujeito, ao mesmo tempo em que a constitui.

A subjetividade é uma produção humana, não uma internalização de informações automatizadas. Nada do que acontece em nossas práticas se internaliza, pois acima delas nós produzimos, e essa produção, mesmo sendo resultado de nossas práticas e relações [...] não é linear [...]” (González Rey, 2007, p. 173). Segundo suas análises, o resultado dessas ações é uma produção diferente, das quais as práticas fazem parte das consequências das ações, que podem ter referentes não perceptíveis a partir das práticas vigentes, assim como as configurações subjetivas que fazem parte da ação do sujeito.

A constituição social do sujeito se faz nas relações da vida social e cultural, uma vez que tais vivências contribuem para a formação da sua subjetividade (Dias; Pereira, 2019). Em suas considerações (2019, p. 156), “[...] o modo subjetivo de ser envolve um sistema psicológico formado por múltiplos elementos integrados: consciência, linguagem, pensamento, percepção, atenção, comportamento”. Diante disso, discute-se as implicações de uma educação cujo alicerce neoliberal, fomenta o empreendedorismo na formação da subjetividade do sujeito, visto que a subjetividade social e individual é uma expressão subjetiva, uma característica fundamental das funções superiores.

Pela análise de Elhammoumi (2016, p. 34) referente aos estudos de Vygotsky (1981) “[...] a natureza psicológica dos seres humanos representa o agregado de relações sociais internalizadas que se tornaram funções para o indivíduo e, nesse processo, estrutura suas funções mentais superiores”. Na análise do autor, nesta condição os sujeitos e seu desenvolvimento são produtos da sociedade.

Convém mencionar que a sociedade contemporânea está integrada à tecnologia, cujo instrumento é um produto das relações sociais (Novaes; Dagnino, 2004). Relações estas trabalhadas em um contexto educacional que parte de uma base neoliberal, para atender o mercado de trabalho, cuja demanda é voltada para mão de obra. A ideia de educação abarca exclusão, direcionada a formar uma sociedade com o conhecimento anamorfista, atendendo às relações sociais mercantilistas. Essa concepção está subjacente à BNCC, com o intuito de limitar o pensamento à função de observação, assujeitando o indivíduo.

A partir da necessidade de uma educação não excludente, repensa-se uma formação voltada ao pensamento crítico, e não apenas a uma acomodação com a reprodução do poder vigente, isto é, “[...] julgar esclarecido sem sê-lo, sem dar-se conta da falsidade de sua própria condição” (Maar, 1995 p. 14). Essa condição mantém o sujeito dominado, visto que a sua compreensão de mundo perpassa pelas

relações dominadoras, reforçadas também pela educação, quando se ausenta em sua formação crítica.

Os interesses da ideologia dominante consideram a educação uma prática que imobiliza e oculta as verdades. O discurso do silêncio imposto reflete a imobilidade do silenciado, tornando-se um discurso negador da humanização, portanto, defende a ideia de não se adaptar às situações que negam a humanização (Freire, 2015). A adaptação seria o reflexo da experiência dominadora, determinando o papel do indivíduo nas relações sociais, uma vez que a escolarização, nesse processo, legitima a separação entre a consciência e a prática. A ideologia dominante vê a educação como um meio para manter o poder e o controle, em vez de uma ferramenta para a emancipação.

A educação formativa está enviesada à demanda das necessidades econômicas, com um planejamento voltado para uma formação mercadológica, que atende ao mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica. No cenário de uma inclinação crítica diante da ideologia dominante, Adorno (1995) explica que, onde falta o discernimento intelectual da ciência, instala-se, em seu lugar a frase ideológica, com o objetivo de impedir a reflexão, o pensamento e, assim, o posicionamento crítico que diverge do engendrado pela ideologia dominante. Portanto, continua o autor, é na união da ausência da reflexão intelectual com o estereótipo da visão de mundo que se delineia uma conformação dotada de afinidades totalitárias. A visão estende-se como o reflexo, que corrobora com a conformação formal do pensamento preconizado pela ideologia dominante.

## **A BASE MERCADOLÓGICA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO**

Sobre a educação mercadológica, o sistema escolar sofre com o engessamento de um ensino, por meio de um esvaziamento de políticas educacionais pautadas pelos fundamentos neoliberais, levantando à reflexão sobre para que serve o que se ensina, e que sujeito se está formando, no contexto da sua subjetividade. Ao processo formativo são reservados projetos de caráter ideológico, para atender às configurações neoliberais, que legitimam a formação de um sujeito empreendedor prescrito na Base Nacional Comum Curricular, tornando-se uma ameaça à formação crítica do sujeito.

A BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em dezembro de 2017 em sua terceira versão, constituindo-se um documento normativo para a construção dos currículos das redes públicas e particulares de ensino nas instâncias municipais estaduais e federais (Cury; Reis; Zanardi, 2018). A Base é considerada uma política de currículo que reflete práticas pessoais e coletivas que adentram as escolas e os sistemas de ensino, negociando os seus saberes, fazeres e poderes.

Nos documentos que representam a BNCC, seguindo modelos tradicionais, o olhar da educação volta-se ao processo formativo do aluno, desconsiderando o exercício da cidadania. A BNCC molda-se ao formato globalizado de políticas educacionais e “[...] prima pela estandardização do ensino, como meio de regulação

e controle da educação” (Mattos *et al.*, 2022, p. 33), acenando para uma direção contrária à formação crítica do estudante, visto que o engessamento vai ao encontro de uma educação pautada nos princípios mecanicistas.

Isso posto, a educação inclina-se para a questão da empregabilidade e da busca por inserção no mercado de trabalho, transformando a escola em um ambiente propício para tornar o aluno mão de obra para um mercado em expansão (Weinheimer; Wanderer, 2021). A Base reflete práticas curriculares que transformam a escola em um espaço de tensão e embates contínuos em relação à sua defesa e à defesa da educação e da emancipação do educando.

Em 2022, a BNCC incorporou a Computação à educação básica, estabelecendo diretrizes para o ensino dessa disciplina no século XXI. A inclusão da lógica computacional na formação dos alunos é crucial, mas seu uso requer uma análise crítica e cautelosa. A organização curricular da BNCC privilegia as competências a serem desenvolvidas pelos alunos. Objetivos, conteúdos e métodos são legitimados a partir delas, visando atender às demandas do mercado de trabalho.

A escola, nesse contexto, contribui para a formação da mão de obra necessária para os modos de produção utilitários. As competências enfatizam a ação em detrimento das funções superiores, que impulsionam o aprendizado e o pensamento crítico (Mattos; Amestoy; Tolentino-Neto, 2022). A BNCC, por conseguinte, direciona o currículo para avaliações, dificultando um ensino voltado para a práxis humana.

Ramos (2016) adverte que a pedagogia das competências, presente na BNCC, contribui para a formação do sujeito técnico, visto que limita as competências ao desempenho individual, reduzindo o conhecimento a um mero instrumento de avaliação. Para além de uma justaposição de comportamentos, a educação deve considerar os processos de aprendizagem que subjazem ao desempenho. O desenvolvimento de habilidades críticas e criativas, a autonomia dos alunos e a reflexão sobre o mundo digital são aspectos essenciais que a BNCC, em sua forma atual, não contempla.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino de Computação exigem um debate amplo e profundo, buscando um currículo que vá além da mera formação de mão de obra e promova uma educação crítica e transformadora. A educação pautada por competências, muitas vezes focada na capacitação para atender às demandas do mercado de trabalho, corre o risco de alienar os indivíduos e limitar seu desenvolvimento pleno. É fundamental romper com essa visão mercadológica e reconhecer que a escola não é uma empresa e que o estudante não deve ser tratado como um cliente. Diversas iniciativas já desafiam essa lógica, defendendo uma educação que valorize o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a cidadania.



## **METODOLOGIA**

A pesquisa de natureza qualitativa abrange a dimensão construtiva e interpretativa do conhecimento (González Rey, 2007). A possibilidade de construção do conhecimento no atual contexto político, histórico, cultural e social passa por um sujeito ativo e reflexivo sobre a sua realidade. A pesquisa com metodologia bibliográfica fundamentou-se em análises de documentos como a BNCC e referenciais teóricos que orientaram as análises dos efeitos da educação mercadológica condensada na inovação e na tecnologia, levando em conta como essa abordagem desconsidera o indivíduo e sua subjetividade.

O delineamento ocorreu com objetivo de compreender esses enredamentos à luz da Teoria Histórico-Cultural, a qual abrangeu reflexões sobre o processo educacional em seu contexto histórico, social, cultural e político. A indagação permeia os efeitos da educação mercadológica que junto a tecnologia incide no processo formativo do sujeito, determinando o seu modo de existência, suas relações sociais, individuais, bem como a sua subjetividade.

## **REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO MERCADOLÓGICA NO PROCESSO FORMATIVO**

O sujeito está suscetível a várias implicações da formação mercadológica, que objetiva fragilizar a sua subjetividade, visto que o sujeito sintetiza relações a partir da sua realidade. Enumerando as diversas consequências que podem ser acarretadas no sujeito, como alienação, práticas voltadas para a produção e consumo, o que se destaca é uma educação direcionada para a adaptação do sujeito, como resposta às demandas de uma lógica neoliberal, impregnada no contexto educacional e social.

É preciso notar que a formação do sujeito permeia os fundamentos do neoliberalismo que, segundo Dardot e Laval (2016, p. 15), “[...] pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Os autores pontuam que, além de dismantelar regras, instituições e direitos, o neoliberalismo tem como intenção determinar a forma de existência do sujeito, conduzindo-o a maneiras de se comportar, de se relacionar com os outros e com ele mesmo, estabelecendo práticas de poder sobre as condutas e as subjetividades do sujeito.

Os autores refletem as práticas neoliberais, que fabricam e gestam o novo sujeito empreendedor, chamado de neossujeito com técnicas que o alienam. Sua subjetividade deve ser incorporada na atividade profissional exigida, fazendo-o trabalhar para a empresa como se fosse para si mesmo, como um sujeito engajado. Isto é, fabrica-se um sujeito unitário, com envolvimento total de si mesmo, chegando-se ao ponto de suprimir qualquer sentimento de alienação (Dardot; Laval, 2016).

As reflexões sobre a produção do neossujeito correlacionam-se com a educação mercadológica, no que tange à “[...] figura do “cidadão” investido de



uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor” (Dardot; Laval, 2016, p. 374). Essa denominação retrata não apenas o “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito para quem a sociedade não deve nada.

A lógica neoliberal acentua a formação de sujeitos unitários, cujos valores hegemônicos fundamentam a individualidade e a competitividade, bem como instrumentalizam as instituições de ensino para propagar padrões de comportamento que atendem às demandas do mercado de trabalho, assim como acontece com o viés da tecnologia na BNCC, como forma de automatizar o conhecimento por meio da prática em detrimento à prática reflexiva.

Mas, afinal, de que forma a educação mercadológica se redesenha na formação do sujeito e quais reflexos sinaliza? De acordo com Freitas (2014, p. 1090), a mercantilização da educação traduz-se por “[...] qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos, mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador”. O autor pondera que esse tipo de estudante é aguardado nas empresas, o que motiva os reformadores na acirrada disputa pela agenda da educação, delegando as responsabilidades à escola, pela falta de equidade com o conhecimento básico.

Embora haja necessidade do uso da tecnologia pela sociedade contemporânea, também é preciso atentar-se para os cuidados com a mesma, conforme discute Feenberg (2002), uma vez que a cultura foi progressivamente transformada a fim de se tornar o que atualmente entende-se como “racional”. Como resultado, a tecnologia se tornou ubíqua no cotidiano e as abordagens técnicas de pensamento passaram a predominar sobre todas as demais. Tal condição implicaria em tendências tecnocráticas, cuja intenção é responder às demandas dos grupos às quais essas tendências servem, o que leva a não neutralidade da tecnologia.

A BNCC caracteriza a fragmentação entre o pensar e o agir, além de facilitar a inserção ao mercado de trabalho, uma forma legitimada de construir uma sociedade consumista e ausente de suas responsabilidades. Diante disso, tem-se necessidade de reconhecer práticas mercadológicas vigentes no processo formativo, que incidem na subjetividade do sujeito, uma vez que se fazem em um contexto de construção do pensamento uniforme, pautado na racionalidade técnica e gerencial, destacando-se nas políticas educacionais. A capacidade de aprender não é apenas para conformar-se com a realidade, como propõe o sistema vigente, mas para transformar por meio da atividade humana, e nela intervir, recriando a educabilidade a um nível que difere de um adestramento (Freire, 2015).

O processo formativo envolve-se em teias significativas que podem contribuir, ou não, para a criticidade do sujeito. Quando a educação apenas repassa conteúdos engessados, com vistas às demandas econômicas, sob um viés mercantilista, se torna utilitarista, desfavorecendo a análise crítica do sujeito. O fato de as pessoas tomarem decisões baseadas no conhecimento científico vincula-se a uma inserção na cultura científica, que promove a participação em decisões racionais e o conhecimento de

processos mais complexos de decisões, que dificilmente deixarão a sociedade refém de argumentos que instigam comportamentos violentos e intolerantes.

Pensar a função da educação requer debruçar-se sobre a BNCC e atentar para as suas finalidades, o que abrange analisar todas as particularidades sobre o sujeito que se está formando. Enfatiza-se que tais documentos são utilizados para inculcar ideologias, reforçando políticas educacionais com inclinações para a ausência da formação crítica, o que perpetua o ciclo imposto por meio de conteúdos desconectados da realidade ou, ainda, suprimindo-os do processo de ensino.

Qualquer iniciativa de controle instituída no meio educacional é reproduzida no âmbito escolar, o que o transforma em um cenário de disputas. Para essa construção, ocorre ajustes educacionais que coadunam com a formação do indivíduo empreendedor, desconsiderando a formação do sujeito com responsabilidades sociais, de acordo com os valores hegemônicos da vertente neoliberal, que aspiram à produção de uma nova cultura, que configura uma formação para a adaptação do sujeito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as implicações da educação mercadológica na formação do sujeito remete a pensar as formas de educação a que este sujeito está exposto, que busca formar mão de obra para atender ao diversificado mercado de trabalho. Esse formato propaga uma educação passiva e excludente, que enaltece uma sociedade para o consumo, sinalizando um anamorfismo, em contraposição à educação dedicada à formação crítica do sujeito.

A pauta educacional da BNCC carrega consigo traços de uma educação baseada na passividade, como premissa de uma formação curricular mercantilista, baseada em competências, habilidades e aprendizagens específicas, que trazem sérias consequências para a reformulação curricular da educação básica, fomentando alterações nas avaliações e na elaboração dos conteúdos.

O conteúdo educacional, ao refletir o imaginário das pessoas e a ideologia dos grupos sociais, molda a maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com o mundo. Diante disso, existe preocupação com uma educação mercadológica, cujos fundamentos neoliberais restrinja o exercício crítico da realidade ao exercer um caráter voltado a um conhecimento técnico mensurável e ranqueável, que evita o pensar, corroborando para fomentar uma sociedade do consumo em um contexto de relações mercantilizadas.

Considera-se, que assim como não há neutralidade na educação, também não há na tecnologia, uma vez que a mesma serve a determinados interesses de grupos que a operam, visto que a ação técnica implica um ato de manutenção do status quo da ideologia dominante. As práticas utilitaristas da formação levam ao esvaziamento da subjetividade, reforçando a racionalidade neoliberal, impactando o de forma negativa a formação do sujeito. A Base obstrui o trabalho voltado aos conhecimentos historicamente produzidos, uma vez que a ênfase é nas competências e racionalidades

utilitaristas, com interferência na formação do sujeito, ao desconsiderar as formas de produção de conhecimento que dão significado à vida social.

A educação mercadológica disseminada na sociedade atende mais ao mercado de trabalho do que às reais reivindicações de uma formação para a autonomia do sujeito, ao defender uma formação descontextualizada da transformação do sujeito. Assim, sendo a subjetividade uma produção humana, formar o sujeito para adaptá-lo ao mercado de trabalho inclui a tentativa de desconsiderar a força dessa produção, submetendo-o a práticas utilitaristas que levam ao esvaziamento da sua subjetividade.

As implicações da educação como parte de um projeto neoliberal representam o rompimento da formação a-histórica, acrítica e apolítica, cujas abordagens vêm direcionadas conforme os interesses de uma educação classista. Tal tarefa, atualmente, é árdua, uma vez que as fissuras no ideário educacional tendem a ficar mais visíveis, sobrecarregando o processo formativo emancipatório, tanto do ensino quanto da aprendizagem. O uso da tecnologia na educação deve considerar os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural e a necessidade de formar sujeitos críticos e conscientes na construção de uma educação que valorize o processo de humanização.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

BERNARDES, M. E. M. Prefácio. In: BARBOSA, M. V. B.; MILLER, S.; MELLO, S. A. (Orgs.). **Teoria histórico-cultural: questões fundamentais para a educação escolar**. Marília (SP): Editora Cultura Acadêmica, 2016, p. 13-22.

BOSTROM, N.; YUDKOWSKY, E. The ethics of artificial intelligence. In: FRANKISH, K.; RAMSEY, W. M. (org.). **The Cambridge Handbook of Artificial Intelligence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 316-334. Disponível em: <http://www.nickbostrom.com/ethics/artificial-intelligence.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. (Orgs.). **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321-376.

DIAS, M. S. de L.; PEREIRA, A. C. A constituição do Sujeito: contribuições de Vygotski. In: DIAS, M. S. de Lima. (Org). **Introdução às leituras de Lev Vygotski: debates e atualidades na pesquisa**. Porto Alegre (RS): Editora Fi, 2019, p. 153-173.

ELHAMMOUMI, M. O Paradigma de Pesquisa Histórico-Cultural de Vygotsky: a Luta por uma Nova Psicologia. In: BARBOSA, M. V. Barbosa; MILLER, S.; MELLO, S. A. (Orgs.). **Teoria histórico-cultural: questões fundamentais para a educação escolar**. Marília (SP): Editora Cultura Acadêmica, 2016, p. 25-36.

FEENBERG, A. **Transforming technology**: a critical theory revisited. 2nd ed. New York: Oxford, 2002.

FEENBERG, A. Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia. In: NEDER, Ricardo T. (org.) **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/ Capes, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, p. 1085-1114, 2014.

GONZÁLEZ REY, F. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, vol. 24, 1º sem, p. 155-179. 2007.

MATTOS, K.R.C.; AMESTOY, M. B.; TOLENTINO-NETO, L. C. B. O ensino de ciências da natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Amazônia - **Revista de Educação em Ciências e Matemática**, v. 18, n. 40, 2022. p. 22-34.

MAAR, W. L. À Guisa da Introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz & Terra. 1995. p. 11-28.

MEDEIROS, J. V. M. C.; PINHO, E. F. M.; SOUSA, J. C. O Discurso Neoliberal como Formador de Laço Social e o Impacto na Saúde Mental. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 41, 2023.

NOVAES, H.T.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **Org & Demo**, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004.

RAMOS, M, N. Políticas Educacionais: da pedagogia das competências à pedagogia histórico-crítica. In: BARBOSA, M. V. Barbosa; MILLER, S.; MELLO, S. A. (Orgs). **Teoria histórico-cultural: questões fundamentais para a educação escolar**. Marília (SP): Editora Cultura Acadêmica, 2016, p. 59-76.

SILVA, K. R. ; BARBOSA, L. S. O.; WENDREWS, L. B.; PINHEIRO, J. M. B.; PEIXOTO, I. S.; MENEZES, I.V. C. B. Inteligência Artificial e seus Impactos na Educação: uma revisão sistemática. **Revista Científica Multidisciplinar**. v.4, n.11, 2023. ISSN 2675-6218. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/375574718\\_inteligencia\\_artificial\\_e\\_seus\\_impactos\\_na\\_educacao\\_uma\\_revisao\\_sistematica/citations](https://www.researchgate.net/publication/375574718_inteligencia_artificial_e_seus_impactos_na_educacao_uma_revisao_sistematica/citations). acesso em: 10 fev. 2024.

VYGOTSKY, L. S. He genesis of higher mental functions. In: WERTSCH, J. (Ed.). **He concept of activity in Soviet psychology**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1981, p. 144-188.

WEINHEIMER, G.; WANDERER, F. (NOVO) ENSINO MÉDIO E MOVIMENTOS DE CONTRACONDUTA NA ESCOLA. **Revista Signos**, [S. l.], v. 42, n. 1, 2021. DOI: 10.22410/issn.1983-0378.v42i1a2021.2755. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/2755>. Acesso em: 14 fev. 2024.